



Raimundo Nonato de Oliveira Borges\*

## RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar o quadro geral da educação escolar no Piauí do século XIX. Analisando o seguinte questionamento: quais os investimentos feitos pelo governo provincial na escolarização da população piauiense no que diz respeito ao ensino primário, secundário e profissionalizante? Percebe-se que o ensino público era precário e se desenvolvia paralelamente com o ensino privado segundo Odilon Nunes. Nessa perspectiva a negligência do governo incentivou a emergência das escolas particulares patrocinadas pelos fazendeiros para alfabetização de seus parentes, as aulas eram ministradas geralmente nas casas, por quase não haver prédios para tais atividades. Portanto, a educação escolar no Brasil, inclusive no Piauí nunca foi uma questão de prioridade, mas de privilégios, sobretudo das classes dominantes. Este é um trabalho de pesquisa bibliográfica, na qual foram consultados autores que corroboram para essa discussão sobre a educação piauiense no século XIX como: Costa Filho, Odilon Nunes, Teresinha Queiroz.

Palavras chaves: Educação escolar. Piauiense. Público. Privado.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to present the overall picture of school education in Piauí nineteenth century. Analyzing the following question: which investments made by the provincial government in the schooling of Piau population with regard to primary, secondary and professional? We realize that public education was poor and developed in parallel with the private education according Odilon Nunes. In this perspective the government's neglect encouraged the emergence of private schools sponsored by farmers for literacy relatives, classes were often held in the homes for almost no buildings for such activities. Therefore, school education in Brazil, including in Piauí was never a matter of priority, but privileges, especially the ruling classes. This is a bibliographic research work, which were consulted authors corroborate this discussion of Piauí education in the nineteenth century as Costa Filho, Odilon Nunes, Teresa Queiroz.

Keywords: Schooling. Piauiense. Public. Private.

## 1 INTRODUÇÃO

A construção da presente pesquisa se deu partir de alguns referencias bibliográficas mínimas, para se pensar a educação escolar piauiense no século do XIX. Tendo como objetivo central: apresentar o quadro geral da educação da escolar, bem como identificar quais os investimentos feitos pelo governo imperial neste ramo do serviço público. Então o que aguçou a escolha desta temática foi justamente perceber que na contemporaneidade no século no XXI, encontramos uma enorme carência de pesquisas acadêmicas referente à Educação escolar piauiense do século XIX, embora existam algumas produções que dão embasamento a

\* Graduando em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Atualmente cursando o 7º bloco.

este texto como: artigos, livros e dissertações de mestrados, contudo estes ainda representam timidamente o interesse dos pesquisadores piauiense da área das ciências humanas especificamente da História em explorar a questão do desenvolvimento do processo educacional piauiense no que tange a escolarização urbana e rural. Na perspectiva de compreender tal processo faz-se necessário descrever de modo geral as características e o funcionamento das escolas oficiais, bem como fazer um comparativo entre escolas publicas e privadas, no sentido de perceber qual das duas tiveram sucesso na pratica do ensino escolar.

Que se diga de passagem, no Brasil, desde o período da colonização com a chegada dos jesuítas, a educação sempre foi uma questão de privilégios, sobretudo das classes dominantes, somente uma pequena parcela da população tinha acesso à educação escolar, nesse mesmo período no Piauí o panorama geral que diz respeito à educação era ainda pior. Nesse ponto de vista, conforme Costa Filho (2006, p. 73) seguindo as perspectivas dos demais estados do Brasil, o sistema de ensino oficial no Piauí estava em consonância com as políticas educacional de Portugal, simultaneamente a este, funcionavam formas alternativas de ensino particular, para suprir as deficiências do ensino oficial, neste prisma podemos fazer uma relação entre essas duas formas de ensino que estava vigorando na sociedade da época. Nesse sentido, pode-se dizer que no Brasil considerando o período de colonização, os padres da companhia de Jesus desempenharam um trabalho importante em relação á educação no ensino escolar da população brasileira. Em contrapartida, no mesmo período no Piauí, notamos que a atuação dos Jesuítas não resultou na criação de escolas e seminários.

Seguindo esta linha de raciocínio, percebe-se que no período colonial não houve interesse das autoridades governamentais de expandir o acesso e o desenvolvimento da educação escolar brasileira, pois o processo educacional estava voltado para a formação das burguesias urbanas constituídos, sobretudo pelos filhos dos donos de engenho, esses jovens após terminarem seus estudos no Brasil partiam para estudar no exterior na universidade de Coimbra.

A partir de então iremos explicar sobre os caminhos percorridos pela educação escolar piauiense no século XIX, dando ênfase aos anos de 1860 a 1890. Nesse contexto, a saber, os níveis de ensino estavam dividido em três sendo: primário, secundário, e profissionalizante, na qual o governo provincial no sentido de cumprir as legislações basilares vigentes, de acordo com Costa Filho (2006, p. 91) os presidentes do Piauí deu maior ênfase ao ensino primário no sentido de dar prioridade, assim ele foi o mais propagado, mesmo sendo considera aquele nível de ensino em que enfrentavam mais dificuldades, este tinha duração mínima de quatro anos, posteriormente os alunos faziam exames para da continuidade aos estudos no ensino

secundário conforme seus desempenhos eles eram ou não aprovados, entretanto os relatórios da época ficaram registrados que na sua maioria os alunos não concluíam o primário, bem como também não faziam os exames finais que eram requeridos pela lei. Isso contribuiu para o quadro de estagnação, justamente pela forma de entrada no ensino secundário na qual não era exigida a conclusão do primário, somente era necessário fazer um exame específico e obter aprovação para ter acesso ao ensino secundário.

Assim, é perceptível, a falta de interesse das autoridades da época em não dar importância para a questão da estruturação da educação escolar tanto no que se refere aos prédios onde deveriam ser ministradas as aulas, bem como também o acesso e permanência dos alunos a um ambiente agradável que lhes proporcionasse conhecimento das diversas situações que estavam imersos em seus cotidianos. Isso porque, para as classes dominantes, ou seja, par as elites, quantos mais uma população sem saber ler, escrever e principalmente interpretar, melhor será as formas de manipulação dessa massa.

## 2 ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO

O panorama referente ao âmbito da educação primária no Piauí no decorrer da segunda metade do século XIX, principalmente no período que corresponde às décadas de 1870 e de 1880. Na concepção de Queiroz (2008, p. 11), Havia algumas ideias generalizadas de que o ensino popular poderia salvar o país. O bojo desse raciocínio vai evoluir para formas mais complexas como, por exemplo, podemos citar: a criação de escolas noturna para adultos que vivem na miséria, bem como com a emergência da legislação sobre a obrigatoriedade do ensino. Nesse sentido percebe-se o desenvolvimento da temática em questão não só em meio ao que diz respeito aos discursos de inauguração e instalações de escola, mais também no que se refere à vasta documentação pública desse período em questão.

Seguindo este modo de pensar, com a ampliação do ensino escolar tanto na capital Teresina como no interior do Estado esta representava uma das preocupações mais evidente do Poder Público, porém durante deste período analisado houve um aumento nos números das escolas, e de alunos matriculados, até mesmo no que refere à qualidade do ensino, contudo percebeu-se que tudo isso faz partir de um disfarce do Estado na perspectiva de fugir da realidade. Isso porque esse crescimento não conseguia solucionar de forma alguma as necessidades do Estado em meio ao crescimento da população que estava escolarizada. Nesse sentido o Piauí permanecia como uma das unidades da Federação em que possui o maior número de analfabetos em relação à população total do Estado.

Pois bem, partindo dessa premissa global da educação piauiense no diz respeito ao ensino escolar, após Proclamação da República, passa ser de responsabilidade dos governos estaduais e municipais pela instrução primária, contudo a obrigação na prática era pertinente apenas ao governo estadual. Este argumento era que embasava a justificativa dada pelas ruínas atribuída a esse ramo da administração Pública. Desta forma, podemos vislumbrar alguns aspectos da educação primária particularmente na maneira que era praticada no interior do Estado. Diante disso, são notórios os pressupostos herdados do Império quase não se modificou ao longo do tempo, tanto no que se refere aos aspectos materiais, quanto no exercício profissional do magistério. Diante disso, tornam-se evidente as péssimas condições de qualidade que estava submetido à educação piauiense deste modo segundo Queiroz (2008, p. 12), a partir das cartas de professores primárias e outras matérias exposto na imprensa da época evidenciava as condições gerais e reais da prática do professor no Piauí: professores semi-analfabetos até mesmo analfabetos, além do mais chegavam à imprensa um cenário caótico em que está imerso a educação piauiense informação do tipo: concursos falsificados, não havia prédios escolares, perseguição política por parte dos inspetores literários, falta de material didático como quadro de giz, e de livros. Exonerações e substituição de professores a critérios do governo sempre voltado para o interesse exclusivamente político e partidário do governo da situação.

Por outro lado, a situação dos alunos que dependiam do poder público era bem difícil, por enfrentarem condições adversas: como às distâncias percorridas pelos alunos até chegar à escola para cursar o ensino primário, e a própria situação dos alunos que viviam em sua maioria em um estado de miséria andavam mal vestidos e descalços, principalmente no interior do Piauí, esta era a circunstância da maioria dos indivíduos desse período, que muitas vezes não tinham quase nenhuma motivação para frequentar a escola. Essa conjuntura contribuiu para o fechamento de escolas primárias, prática comum devido à baixa frequência dos alunos ou pela ausência dos mesmos. Mediante esses problemas da educação primária piauiense inclusive no interior do Estado, era sucessiva e constante as mudanças na legislação escolar no intuito de solucionar o problema da educação popular variavam da decretação da obrigatoriedade do ensino da criança em idade escolar, com aplicação de punições multas ou prisões aos pais ou responsáveis que não atendessem a tais normas.

Além do mais, percebe-se um enorme contraste social, onde os habitantes da zona urbana eram seletos no sentido de fazer parte de uma classe social média em detrimento de um número bastante inferior se comparado com os habitantes da zona rural, referente à primeira classe, estes indivíduos eram compostos exclusivamente por funcionários públicos,

delegados do império, e funcionários liberais quase todos estes mantinham um forte vínculo com as elites proprietárias de terras, uns por questões familiares, outros por compadrio, ainda outro por ligações políticos partidários, diante dessa pujança das relações na sociedade piauiense, este seguimento social não constituía uma oposição ao equilíbrio social da época.

Nesse modo de pensar, cada grupo social esboçava diferentes interesses no que tange à educação escolarizada. Seguindo esse raciocínio, os proprietários de terras rurais, bem como os profissionais liberais sabiam da importância de continuarem os estudos após a conclusão do ensino primário, pois representava uma obrigação do ofício que desempenhava na sociedade, pois ocupavam cargos público-administrativos. Porém é interessante salientar nesse ponto de vista somente um grupo seletivo conseguia concluir o ensino superior, a maior parte da população não conseguia nem concluir nem o secundário. No que diz respeito aos escravos conforme determinava a legislação vigente da época, até a década de 1880, era negado a eles o acesso à educação escolar.

Este cenário precário nos remete ao desenvolvimento do sistema oficial de ensino escolar no Piauí entre 1850 a 1889, em conformidade com Costa Filho; Castelo Branco (2010, p. 49), mesmo o Governo Provincial usando de todo o seu bojo, no sentido de intensificar as ações, com a intenção de apresentar soluções a que viesse transformar o quadro de problemas. Todavia embora os incentivos legais, foram poucas as transformações nos meandros da educação piauiense, no que se refere a essa questão a partir do ponto de vista de Odilon Nunes, todos os preceitos legais não foram difundidos na escola que continuava sem aparelhamento, e com os mesmos professores incapazes de receber orientação pedagógica. Neste cenário, as famílias abastadas que possuem condições de pagar pela instrução dos seus filhos, escolhem o ensino particular que geralmente eram ofertadas pelos colégios ou pelas aulas avulsas, utilizando a escola oficial somente para realizações de exames que eram necessário à legislação que estava vigorando na época referente à aprendizagem.

No tocante ao ensino secundário no Piauí, este teve começo de maneira concreta na competência particular, com escolas fundadas em Jaicós, Piripiri, e Parnaíba, todas na primeira metade do século XIX. Contudo o ensino escolar público andava a passos lentos, pois segundo (QUEIROZ, 2008, p. 15):

A primeira escola Pública de instituição secundária no Piauí foi o Liceu piauiense, atualmente conhecido como colégio Estadual Zacarias de Góis, criado pela Provincial nº 198, de 06 Outubro de 1845. Em seu início o seu funcionamento foi irregular nos primeiros anos, isso devido à falta de professor habilitado, e também por causa da transferência da capital de Oeiras para Teresina em 1852. (QUEIROZ, 2008, p. 15).

Em 1881, o Liceu era o único estabelecimento de instrução secundário existente na Província e funcionava temporariamente em casa alugada, pois o prédio em que se achava instalado estava em obras. Diante disso, Neste nível de ensino foi pouco difundido pelo governo, pois em uma sociedade essencialmente rural, onde quase não havia possibilidade de ascensão social. Por isso, o ensino escolar não teve uma representação de tanta importância para essa parcela da população, pois qual seria a utilidade dessa escolarização, a onde as pessoas vivam quase que exclusivamente das atividades agrícola.

A forma de funcionamento do ensino secundário no Piauí era parecida com as das demais províncias, dessa maneira prevaleceu o curso irregular, ou seja, de matérias avulsas, ficava a cargo dos alunos organizarem seu curso secundo seus próprios interesses, assim por varias vezes o Liceu Piauiense única escola oficia de ensino secundaria na província e outras escolares privadas tentaram estabilização de um curso seriado e regular, entretanto as tentativas não conseguiram resultados positivos.

## 2.1 ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO PARTICULAR

A princípio, as primeiras escolas particulares no Estado do Piauí, surgem a partir da desestrutura do ensino oficial, percebeu-se a necessidade de um ensino particular paralelo ao oficial. De acordo Costa Filho (2006, p. 89) a emergência de colégios privados no Estado do Piauí, nas quais era ministrado o nível primário e secundário, seguiu a mesma perspectiva de todo o Império, porém o ensino básico mesmo para as famílias, mas ricas e privilegiadas da população piauiense continuavam como sendo tarefa exclusiva das famílias, por meio das escolas familiares. Estas eram fixadas nas fazendas das pessoas abastadas e em comunidades rurais, no intuito de instruir as novas gerações encontravam mestres ambulantes.

O contexto social já mencionado, e os problemas marcantes no desenvolvimento do sistema oficial de ensino foram fatores que contribuíram para a emergência das escolas particulares no Piauí. Em linhas gerais, serão expostas as características, bem como o funcionamento do ensino primário e secundário particular, pois bem a aulas particulares de instituições primárias e de matérias isoladas das instituições secundaria foram uma constante no panorama da educação piauiense deste a primeira metade do século XIX, principalmente em Teresina com uma expressiva quantidade, também nas vilas, e nas fazendas, porque a instrução pública como já mencionada anteriormente era ainda mais deficiente no interior do que na capital. Desse modo, a fama da qualidade do ensino particular remetido à qualificação

dos professores que ganhou credibilidade em meio à sociedade, nesse raciocínio o que vai corroborar para isso é a divulgação da imprensa segundo Queiroz:

Os anúncios dessas aulas se sucediam na imprensa, dando conta de aulas particulares do sexo masculino, do sexo feminino de das matérias exigidas para os preparatórios, de acordo com a especialização e habilitação dos professores. (QUEIROZ, 2008, p. 45).

Nesse prisma, 1886, o professor José de Castro Lima, ensinava em sua casa situada na Praça Saraiva os seguintes assuntos: aritmética, álgebra e geometria, pouco tempo depois assumiu uma cadeira no Liceu, na qual foi professor da escolar noturna. Seguindo essa tendência Carina Rosa da Paz, filha do capitão Manoel da Paz com autorização de seu pai inicia um curso de primeiras letras para meninas e pessoas mais velha do seu mesmo sexo na sua própria residência.

Nesse momento, muitos donos de escolas iniciavam o magistério, por meio de aulas ministradas em casa. Nesse modo de pensar segundo Queiroz (2008, p. 46). A autor, cita como exemplo o caso do bacharel e professor Antonio de Sousa Rubim, que além de diretor era proprietário da escola Nossa Senhora das Dores. Ele em companhia de outro colega professor Apolinário Monteiro da Cunha ensinavam em casa o Português, Francês, Filosofia e Retórica.

Diante disso, a partir de 1882, o Liceu piauiense passou a sofrer concorrência de colégios particulares, e aulas avulsas, inclusive ministrada no interior da Província, dentre eles podemos citar os colégios: Nossa Senhora das Dores, Karnak, São Vicente de Paula, e o Ateneu piauiense, o Diocesano, entre outro em diversas épocas, destacando-se no ensino das matérias do curso secundário.

## 2.2 ENSINO PROFISSIONALIZANTE

No que concerne o ensino profissionalizante no Brasil nos remete aos grupos sociais menos representativos socialmente. Para as elites dominantes, a instrução era a melhor maneira de civilizar os grupos menos favorecidos da sociedade, nesta forma de pensar segundo Costa Filho (2006, p. 95) o ensino profissionalizante tinha como propósito instrumentalizar o aluno quanto ao ofício, e também alfabetizá-los. Pois seguindo as ideias generalizadas do período do império que entendiam que o trabalho de civilizar e transformar os grupos inferiores, ou seja, subalternos da sociedade era de responsabilidade do professor primário, por isso a ênfase a este nível de ensino, para tanto conforme esse entendimento para exercer um excelente trabalho para a sociedade era preciso à dedicação de pessoas

qualificadas e dignas, nesse sentido o curso normal foi criado com o propósito de formar pessoas para desenvolver tal função. Contudo a priori essa perspectiva não se efetivou como era pretendida pelas autoridades da época.

Diante disso, as escolas normais não conseguiram lograr êxito, no sentido de alcançar os objetivos impostos pelo Governo, assim é importante salientar que diante de várias tentativas o governo não teve resultados práticos como é possível vislumbrar conforme nos é apresentado por, Queiroz, 2008:

A partir da década de 1860 até os dias atuais o Piauí teve apenas cinco experiências de curso normal, um deles foi o Instituto de Educação Antonino Freire, que deu continuidade a escola normal oficial. A primeira escola normal foi criada com base na resolução Provincial nº 563, de Agosto de 1964, na gestão do presidente Frankin Américo de Menezes Dória. O curso misto tinha duração de dois anos e teve seu fim em 1867. Em uma segunda tentativa após o regulamento nº 80, de 20 de Outubro de 1878 seu curso foi dividido em três anos, na qual tinha três cadeiras, todas do sexo masculino, todavia esta tentativa não alcançou resultados práticos (QUEIROZ, 2008, p. 27).

Em contrapartida, somente na terceira tentativa que a Escola Normal consegue seu primeiro resultado positivo em 1882, a partir dos ideais defendidas pelo presidente Manuel Ildefonso de Sousa Lima, e alimentada pela política de incentivos do governo imperial, confirmada pelo Decreto nº 7.247 de Abril de 1879, foi consolidada no governo seguinte, de Miguel Joaquim de Almeida Castro. Nesse sentido, o ex-diretor Sousa Lima da Instituição Publica da Província no uso de suas atribuições, mencionava a necessidade de formações, pois sem pessoal qualificado, não haveria condições de desempenhar de maneira satisfatória as importantes funções do magistério. Sua pretensão era diante das dificuldades financeiras da província, a Escola Normal fosse ligada ao Liceu, aproveitando de seu pessoal docente para as matérias da escola, mediante gratificações.

Para estudar na Escola Normal, era preciso seguir um edital com base na Regulamentação nº 90, de 27 de Junho de 1882, pois segundo Queiroz (2008), indicava alguns pré-requisitos a serem preenchidos pelos candidatos a matrícula: domínio das matérias da instrução primaria; idade mínima de 18 anos para os homens e de 16 para as mulheres, além de boa conduta moral, civil e religiosa e atestado médico indicando que o candidato não era portador de nenhuma doença contagiosa.

Portanto, a escola normal não teve sucesso, pois em consonância com o que diz Nunes (2007, p. 314), pouco tem depois de sua criação a escola normal teve seu fim. Só permaneceu o Liceu em sua segunda instalação após o insucesso da primeira motivada pelas condições já elencada anteriormente. Já o desenvolvimento do ensino primário não conseguia acompanhar o crescimento da população que dia após dia aumentava o número de pessoas analfabetas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é notório que no Século XIX, o sistema de ensino escolar público era precário desmotivando tanto professores como os alunos, devido à falta de materiais essenciais para a prática docente, no modo de ver de Nunes (2007, p. 315) principalmente nas cidades do interior do Piauí, nota-se o desanimo, o indiferentismo, o atraso, as péssimas condições de trabalho da instituição pública primário, devido o desleixo do governo em não dar importância a esse segmento do serviço público. Que neste caso identificamos o não investimento do governo do Estado.

Portanto ainda, na contemporaneidade no século XXI, encontramos algumas permanências das características da educação escolar do século XIX, como por exemplo: muitas escolas do Estado funcionando com professores provisórios, mesmo havendo indivíduos qualificados e classificadas em concurso público efetivo. Ainda encontramos professores sem formação ministrando aula no ensino básico. Os alunos ainda são prejudicados por terem uma carga horária reduzida em relação aos alunos da rede particular que tem uma carga horária bastante ampla que possibilitam os mesmos a estudarem todos os conteúdos propostos no livro didático, bem como em outros materiais adicionais. Além do mais nas escolas públicas quando aparece algum equipamento tecnológico poucos são os profissionais que são habilitados para utilizá-lo de forma adequada, nos dias atuais ainda encontramos uma discrepância entre ensino público e privado.

Finalmente, após uma análise geral do processo educativo piauiense do século XIX, relacionado com os dias atuais, não podemos deixar de perceber, que a educação brasileira especificamente no Piauí tem permanecido no campo dos interesses políticos, pois geralmente quem está no poder, não quer que as classes menos favorecidas tenham o mínimo de conhecimento para que estes não possam compreender a realidade em que vivem. A vista disso faz-se necessário que no âmbito acadêmico tanto professores, como alunos venham refletir, discutir e produzir conhecimento sobre a temática em questões que sem dúvida é de fundamental importância para se pensar a História da educação piauiense. Ao tempo que este texto possa contribuir para despertar o interesse dos alunos das ciências humanas especificamente da História em estudar a História da educação piauiense. Pois as fontes aqui disponíveis e discutidas nos possibilitam ampliar o nosso conhecimento sobre a temática, ao tempo que corrobora para a criticidade acerca do âmbito educacional levando em conta o

modo como as autoridades governamentais têm encarado a importância de se investir na educação escolar.

## REFERÊNCIAS

COSTA FILHO, A.; CASTELO BRANCO, E. de A. Mestres ambulantes, educação mambembe: ensino e sociedade no sertão do Piauí. In: Suzana Cavani Rosas; Tânia M. Pires Brandão. (Org.). **Os sertões**: espaços, tempos, movimentos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, v. 6, p. 41-54. Série Extensão

COSTA FILHO, A. **A escola do sertão**: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

NUNES, O. **Pesquisas para a História do Piauí**: lutas partidárias e a situação da Província. Em busca de organização: escola e trabalho. Teresina: FUNDAPI; Fund. Monsenhor Chaves, 2007.

QUEIROZ, T. de J. M. **Educação no Piauí (1880-1930)**. Imperatriz: Ética, 2008.